

ART'J tem alunos deslocados de 57 concelhos do país



Empresas estão cada vez mais dependentes do ensino profissional

Necessidade “crescente de perfis técnicos” esbarra no desfasamento entre a oferta educativa e o mercado de trabalho. Digitalização e indústria pagam melhor aos recém-formados do que ensino regular

Rita Neves Costa
rita.n.costa@jn.pt

RECURSOS As associações empresariais reconhecem que estão cada vez mais dependentes dos alunos recém-formados no ensino profissional e querem, por isso, estar mais envolvidas no desenvolvimento das futuras políticas dos currículos educativos. Apesar de, em alguns setores, sobretudo os ligados à indústria e à digitalização, os estudantes saídos do profissional ganharem mais face aos jovens do ensino regular, a via profissionalizante ainda é vista como um “plano B” face ao científico-humanístico.

“Há umas décadas, andávamos à volta das empresas a mendigar locais de estágio. Hoje, é exatamente o inverso: são as empresas que nos procuram”, aponta Ama-

deu Dinis, presidente da Associação Nacional de Escolas Profissionais (Anespo).

A percentagem de estudantes no Ensino Secundário a frequentar algum tipo de formação profissional atingiu um máximo de 45% no ano letivo 2013/2014, mantendo-se hoje na ordem dos 40%, segundo um relatório de 2025 da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Eram cerca de 112 mil alunos, em 2023/2024, em cursos profissionais, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE).

A Confederação Empresarial de Portugal (CIP) confirma a realidade apontada pela Anespo e refere que a dependência das empresas pelos alunos saídos das escolas profissionais é “cada vez maior”. “As empresas precisam de integrar pessoas preparadas

desde o primeiro dia para as funções que vão desempenhar, por forma a garantirem uma maior produtividade e competitividade”, acrescenta a CIP.

PARTICIPAR NA FORMAÇÃO

Já a Associação Industrial Portuguesa (AIP) reconhece “a necessidade crescente de perfis técnicos e tecnológicos, particularmente, ao nível das qualificações intermédias” (nível 4 e 5 do Quadro Nacional de Qualificações). Contudo, em resposta ao JN, defende haver “um desfasamento entre a oferta de competências e as exigências do mercado de trabalho”.

Uma das soluções passaria pela “participação mais consistente das empresas e das associações representativas na definição e atualização dos referenciais de

formação e dos conteúdos curriculares”, diz a AIP.

Luís Miguel Ribeiro, presidente da Associação Empresarial de Portugal (AEP), destaca como “prioridade estratégica” um “alinhamento efetivo entre a oferta formativa e as reais necessidades do tecido empresarial”. Segundo no INE, num grupo de alunos com Ensino Superior, apenas 12,4% tinham uma qualificação com orientação vocacional ou profissionalizante no seu currículo escolar.

O economista João Cerejeira afirma que se mantém ainda a ideia de que o “ensino profissional é um plano B” e uma “segunda escolha” face ao ensino científico-humanístico. “Em algumas áreas do ensino profissional, nomeadamente na digitalização e na indústria, os salários [dos alunos formados] tendem a ser substancialmente superiores. Por vezes, na ordem dos 30%. São valores expressivos que muitas vezes não são comunicados”, contrapõe. O professor da Universidade do Minho defende um “processo de hibridização entre os dois sistemas”, isto é, abrir a possibilidade de que “um aluno no ensino científico-humanístico tenha alguma componente prática e profissionalizante”. “Permitia algum confronto com a realidade do mercado de trabalho. A maioria dos que entram na universidade nunca esteve numa fábrica ou num escritório”, conclui. ●

DADOS

72%

dos alunos que acabam o ensino profissional consegue emprego no prazo de um a dois anos. No ensino regular, baixa para os 52%.

33

milhões de euros é o valor do reforço feito pelo Governo no financiamento do ensino profissional, para o ciclo de formação entre 2026 e 2029.